



POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO: UM ESTUDO DOS DESAFIOS DAS LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Jailda Evangelista do Nascimento Carvalho¹

GT4 – Educação Rural/do Campo.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir os desafios dos programas Procampo e Pronacampo como políticas públicas de expansão da Educação Superior no Campo. Trata-se de uma pesquisa de análise documental e de campo. Os sujeitos da pesquisa serão os alunos egressos da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Sergipe. Através dos dados analisados foi possível evidenciar que os cursos de licenciatura ofertados por ambos os programas se constituem em uma possibilidade de transformação da organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo, por pretender que a formação do educador lhe possibilite elementos que possam compreender a realidade do campo e da educação, com habilidades e conhecimentos específicos no contexto da educação do campo que contemple as diferentes formas de saberes, de vida, cultura e trabalho no campo.

Palavras – chave: Educação do Campo; Políticas Públicas; Licenciatura em Educação do Campo.

ABSTRACT

The present article aims to discuss the challenges of the Procampo and Pronacampo programs as public policies for the expansion of Higher Education in the Field. It is a research of documentary and field analysis. The subjects of the research will be the graduated students of the Degree in Education of the Field of the Federal University of Sergipe. Through the data analyzed it was possible to show that the undergraduate courses offered by both programs constitute a possibility of transforming the organization of the pedagogical work in the schools of the field, for wanting that the formation of the educator allows him elements that can understand the reality of the field and education, with specific skills and knowledge in the context of the education of the field that contemplates the different forms of knowledge, life, culture and work in the field.

Key - words: Field Education; Public policy; Degree in Field Education.

¹ Mestrado em Educação (UFS), doutoranda em Educação (PPGED/UFS), professora da Educação Básica no Estado de Sergipe, integrante do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais. jayldacarvalho@gmail.com



INTRODUÇÃO

Atualmente a Educação do Campo representa novas possibilidades pedagógicas da educação ofertada nas escolas do campo em todo país, partindo desse pressuposto, no presente artigo, buscou-se discutir a importância e as contribuições dos Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo, nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais e do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que foi lançado em 2012, como mais uma política pública voltada para atender o contexto da Educação do Campo através de quatro eixos de formação: (Eixo I, Gestão e Práticas Pedagógicas, Eixo II, Formação Inicial e Continuada de Professores, Eixo III, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Eixo IV, Infraestrutura Física e Tecnológica). Este programa vai além da formação de professores para a Educação do Campo, uma vez que desenvolve ações voltadas para os eixos citados acima.

Sendo a formação de professores um dos objetivos deste programa, é no Eixo II que está inserido o curso de Licenciatura em Educação do Campo, foco desse estudo, por ser esta uma Política Pública de Expansão da Educação Superior no Campo que vem sendo desenvolvida no âmbito dos dois programas, inicialmente como política pontual e temporária através do Procampo e atualmente como política permanente através do Pronacampo.

Conforme afirma Caldart (2010, p. 130), “as políticas gerais de universalização do acesso à educação não têm dado conta desta realidade específica”. Visto que, o campo necessita de uma política específica de educação que se articule com o debate sobre os projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa e familiar como parte de um projeto de país que não atende a todas as demandas respeitando suas especificidades, singularidades e realidade vivida pela população do campo, dentre as quais, a questão do acesso à educação.

Através desse curso busca-se construir um caminho que signifique uma nova perspectiva de formação de educadores vinculada às causas, desafios, cultura e história de resistência dos povos do campo. No entanto, o presente trabalho tem por objetivo discutir os desafios e potencialidades dos programas Procampo e Pronacampo como políticas públicas de



expansão da Educação Superior no Campo, especificamente através da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO: O PROCAMPO E O PRONACAMPO

No contexto da Expansão Educação Superior voltada para a população do campo, o Ministério da Educação, em consonância com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), Secretaria de Educação Superior (SESU) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criou e aprovou em 2006, o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), com o intuito de responder a demanda de reivindicações e articulações engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, mais especificamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que, desde 1984 defende como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo enquanto sujeitos de direitos.

Essa demanda, se concretizou a partir da existência de inúmeros problemas que se iniciam nos altos índices de professores sem a formação adequada, visto que o campo tem no total, 342.845 professores, destes somente 182.526 possuem nível superior. Dos 160.319 que não têm Ensino Superior, 156.190 possui apenas o Ensino Médio e 4.129, o Ensino Fundamental (BRASIL, 2012). Esse índice perpassa ainda condições precárias de trabalho, baixos salários e falta de infraestrutura das escolas nas quais atuam.

O Procampo é uma política de formação de educadores que iniciou sua discussão desde a primeira Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo – CNEC, realizada em 1998, momento em que os Movimentos Sociais do Campo demandavam a construção de uma Política Pública específica pautada nos princípios da Educação do Campo e que pudesse dar suporte e garantir a formação de educadores do próprio campo. Essa política só veio se consolidar no término da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, também em Luziânia, que teve como lema “Por Um Sistema Público de Educação do Campo”. Em resposta às pressões realizadas pelos Movimentos Sociais do Campo para que o Ministério da Educação (MEC) cumprisse a pauta da II CNEC, foi instituído um Grupo de Trabalho que ficou responsável pela elaboração da proposta que deveria subsidiar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, na proposição ao Ministério da Educação, de uma proposta de formação de



educadores do campo. Tal proposta, se materializou no Curso de Licenciatura em Educação do campo.

O programa em destaque, tem como principal objetivo, promover a formação inicial dos docentes do campo por meio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, desenvolvido por áreas de conhecimento, em regime de alternância pedagógica, cujo foco de atuação dos professores é nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas escolas do campo em todo país.

O Procampo iniciou suas ações na Educação Superior através de quatro projetos pilotos, em 2007, nas Universidades Federais de Brasília (UnB), a qual ofertou 180 vagas, todas foram todas preenchidas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que também ofertou 180 vagas, todas também foram preenchidas, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) ofertou 60, todas foram preenchidas e Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ofertou 60 vagas porém só 50 foram preenchidas. Essas universidades ofertaram tais cursos através de convite do Ministério da Educação para implantação e realização de seus projetos, tendo como referência as experiências desenvolvidas anteriormente na área rural.

Com os projetos pilotos ainda em andamento, em 2008, visando tornar público à institucionalização de uma política de formação para atender ao perfil do docente do campo em âmbito nacional, o MEC, convocou através de Editais as Instituições públicas de Ensino Superior de todo país para apresentação de proposta do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC).

A referida LEDOC desenvolve sua metodologia de formação de forma diferenciada, cuja matriz curricular tem por base a Pedagogia da Alternância, organizada em Tempo Acadêmico (TA) e Tempo Comunidade (TC). Dessa forma, considera-se essa organização didática pedagógica como elemento importante no processo formativo docente por trabalhar todos os elementos estruturantes da referida disciplina de formação.

A pedagogia da alternância para Gimonet (2007, p. 129), se constitui em “uma outra escola em tempo integral, no dia-a-dia da vida, em vários lugares para estudar, aprender continuamente, de maneira inter e transdisciplinar”. Complementa este autor afirmando que a alternância transforma a escola em “uma outra escola que não se opõe mais a teoria e a prática, porque existe prática, teoria, conceito em todo lugar. Porque a mão e o pensamento se juntam sempre. Porque o saber é a ação e a ação é o saber”. Pois, esta organização pedagógica permite que o estudante realize suas atividades acadêmica também no tempo comunidade com a orientação de um monitor que acompanho todo processo do trabalho desenvolvido pelo



estudante, onde ele buscar colocar na prática as teorias estudadas durante o tempo acadêmico na universidade.

É no contexto de inovação dessas políticas públicas para atender as especificidades do campo que Silva (2008, p.91), define política pública, como algo que “se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente”. Considera a política como “uma resposta decorrente de pressões sociais a partir de ações de diferentes sujeitos, como já indicado, que sustentam interesses diversificados”.

Tal concepção, remete-se as lutas dos movimentos por uma política educacional de qualidade, visto que a educação, é uma expressão complexa e de abrangência diferenciada, que envolve diversidade e contradição, bem como diferentes interesses, seja políticos e/ou sociais. Porém, sabe-se que tais políticas são definidas, organizadas, implantadas/implementadas por uma força maior chamada de Estado e/ou Governo que também tem seus interesses particulares ao realizar determinadas ações políticas, fatores que podem modificar o percurso da materialização de tais políticas.

O Procampo se configura em mais um dos resultados das lutas, confrontos e articulações políticas realizadas entre o governo e os movimentos sociais e sindicais organizados do campo, com participação especial do MST, que através de muitos embates na disputa para ocupar espaços, no enfrentamento tenso buscam garantir políticas de igualdade social, justiça e emancipação, por não aceitar as políticas de cunho neoliberal postas pelos governos.

É possível observar nos editais emitidos pelo MEC/SECAD que, o Procampo, tende a apoiar projetos de cursos de LEDOC que, promovam a valorização do campo. Entretanto, os projetos apoiados por este programa deverão oferecer alternativas educacionais que possibilitem a expansão da oferta da educação básica no campo, buscando superar as desvantagens históricas vivenciadas pelos sujeitos do campo em relação a educação e as desigualdades sociais sofridas ao longo do tempo.

De acordo com o Edital nº 02 de 23 de abril de 2008, o MEC, afirma que o Procampo apoiará projetos

[...] de **cursos de licenciatura específicos em educação do campo** que integrem ensino, pesquisa e extensão e **promovam a valorização da educação do campo** e o estudo dos temas relevantes concernentes às suas populações. Os projetos apoiados deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens



educacionais históricas sofridas pelas populações do campo (BRASIL, 2008, p.5. grifo nosso).

Sendo assim, identifica-se neste edital a possibilidade de valorização da Educação do Campo, buscando romper a ideia de campo como lugar de atraso e de produção de matéria-prima, que pode ser visto como um espaço de vida e história que precisa ser valorizado de acordo com suas peculiaridades.

De acordo com Molina (2015), o Procampo,

[...] é uma política de formação de educadores, conquistada a partir da pressão e das demandas apresentadas ao Estado pelo Movimento da Educação do Campo. Pautada desde a primeira Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo – CNEC, realizada em 1998, a exigência de uma Política Pública específica para dar suporte e garantir a formação de educadores do próprio campo vai se consolidar como uma das prioridades requeridas pelo Movimento, ao término da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, cujo lema era exatamente “Por Um Sistema Público de Educação do Campo” (MOLINA, 2015, p. 150).

Diante o exposto, é possível evidenciar a importância de tal programa para atender as demandas apresentadas pelo Movimento Por Uma Educação do Campo, no sentido de garantir o direito a formação específica para os professores que desenvolvem suas atividades nas escolas do campo, bem como sujeito de direito, uma vez que esse programa visa a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo, nas instituições públicas de Ensino Superior de todo o país.

É mister ressaltar que, apesar de ser uma política pública criada para atender a demanda posta pelos movimentos, tal programa não é suficiente para atender a toda Educação do Campo. As Universidades que implantam tais cursos enfrentam grandes dificuldades para a materializá-lo, devido a ineficiência na gestão dos recursos que custeiam os referidos cursos. As dificuldades estão presentes na falta de alojamento, na disponibilidade de bolsas, de transporte, de material didático-pedagógico para atender aos estudantes que saem de suas comunidades para fazer suas atividades nas universidades (Tempo Acadêmico), muitas vezes longe de suas famílias e tendo que se manter com os seus próprios recursos.

Conforme afirma Jesus (2015), os cursos financiados pelo Pronex e pelo próprio Procampo,

[...] quando institucionalizados em espaços como escolas profissionais e universidades, não permitem a autonomia financeira e política, portanto, também comprometem a autonomia pedagógica e acabam por provocarem alterações na base da estrutura desses cursos construídos pela força dos movimentos sociais. Um dos estudos realizados sobre a Licenciatura em



Educação do Campo aponta uma crítica do que ocorre no processo de institucionalização (JESUS, 2015, p. 182).

Nas reflexões de Jesus, é possível perceber que a falta de autonomia financeira para materializar os cursos do Procampo, compromete o desenvolvimento das atividades pedagógicas, bem como altera a estrutura de tais cursos que foram construídos pela força e luta dos movimentos sociais para atender as demandas da Educação do Campo.

Para essa autora, a Educação do Campo é uma das estratégias para ampliar a consciência e para reinventar o trabalho no campo,

[...] porque ela alimenta a defesa da redistribuição da terra, do acesso às águas e às florestas, assim como a distribuição de renda para todo o país e a luta contra o projeto de desenvolvimento econômico capitalista. Que os trabalhadores em luta possam cada vez mais plantar sementes de esperança em tempos de desesperança e desilusões (JESUS, 2015, p. 184)

Desse modo, é inexorável a necessidade da construção de uma Educação do Campo que esteja atrelada a realidade do campo, bem como de suas comunidades, que valorize a cultura camponesa, que seja vinculada a vida do camponês, a defesa pela terra e acima de tudo as escolas do campo, que tenha em sua base o protagonismo dos movimentos sociais organizados do campo.

Autoras como Molina (2015) e Jesus (2010), pontuam essa ação do MEC, na implantação dos primeiros cursos de licenciatura, como algo imprescindível para manter a originalidade do projeto, porém, em meio aos percalços encontrados no processo de expansão dos 42 cursos seguintes, essa ação não foi mantida. Os cursos foram aderidos por algumas IES que nunca tiveram experiências com projeto de Ensino Pesquisa e Extensão na área de Educação do Campo e nem com Movimentos Sociais. Em 2008 e 2009, o MEC lançou editais de projetos especiais para que 32 instituições ofertassem a licenciatura, não obstante não deu nenhuma garantia de continuidade para tais instituições. Fato que restringiu os cursos apenas a políticas de editais, onde instituições como a Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ofertou apenas a primeira turma, através do Departamento de Educação, não teve garantida e nem condições para dá continuidade a formação de novas turmas. Porém, mediante as dificuldades enfrentadas para a materialização da turma, tal instituição optou por não ofertar mais a LEDOC, ficando apenas com a experiência piloto.



No entanto, são ações como essas que nos fazem perceber que o Procampo não é uma política que visa atender somente os interesses da população do campo, mas que outros interesses também estão atrelados a essa política e que as vezes dificultam a materialização das ações do programa, isso significa que não é apenas uma estratégia do Estado para dizer que assegurará o direito dos sujeitos do/no campo, muito embora, represente uma das metas do novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), mas também outros interesses políticos. Nessa perspectiva, constata-se que o Procampo, embora se caracterize como uma política pontual, contribui para o fortalecimento da formação do docente do campo, além de dar visibilidade a formação deste profissional, visto que coloca-se como desafio ao desenvolver a formação por área de conhecimento, em regime de alternância pedagógica, nas escolas do campo.

Desse modo, fica claro que os Movimentos Sociais organizados, intelectuais, instituições de ensino, dentre outros, veem somando forças na busca da melhoria na qualidade de vida para o sujeito do campo, bem como da universalização da educação pública, gratuita e de qualidade, em contraposição às políticas compensatórias do meio rural impostas pelos governantes. Sendo assim, os movimentos sociais, do campo e da cidade, vêm travando lutas na perspectiva de elevar a escolaridade dos sujeitos do campo, sua cultura e seu padrão de vida para que possam ter o direito de estudar e se qualificar sem sair da comunidade em que vive.

Assim, faz-se necessário refletir que, o campo nos dias atuais não se constitui em apenas fonte de produção de alimento e fonte alternativa de geração de emprego, ele também apresenta-se no século XXI, como fonte de geração de riqueza e de alternativa de produção de energia, de elaboração do biocombustível.

É necessário, construir um desenvolvimento a partir da perspectiva de que campo e cidade são espaços complementares e não espaços isolados, mas que dependente um do outro para existir. Por isso, é importante afirmar que o campo é espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem no seu cotidiano. Pode-se observar que com o avanço cada vez mais acelerado da indústria de alimento, do crescimento do agronegócio, bem como da sustentabilidade do planeta, coloca o país num dilema efetivo, primeiro das possibilidades de crescimento econômico, porém, existe a possibilidade do fim das formas tradicionais de produção e existência de culturas milenares como a agricultura familiar.



Em 2008, ainda sem ter uma avaliação mais aprofundada de tais projetos pilotos, o MEC lançou o edital número 02, de 23 de abril de 2008, realizando chamada pública para a seleção de projetos de instituições de ensino superior para o Procampo, tendo como um de seus critérios a habilitação dos docentes por área de conhecimento. Em 2009, o edital foi lançado novamente, ampliando o número de universidades federais, institutos federais e universidades estaduais que ofertaram o curso de Licenciatura em Educação do Campo, com recursos provenientes de convênios entre o FNDE e as instituições ofertantes.

Em 2012, por meio do Edital de Seleção n.º 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012, o MEC solicitou que universidades públicas em diferentes regiões do país encaminhassem projetos político pedagógicos para o desenvolvimento dos cursos de licenciatura, no sentido de ampliar a oferta de tal curso.

Ainda no âmbito do contexto da formação de professores para Educação do Campo, em 2012, foi lançado o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que se constituiu em uma ação do Governo Federal em resposta a mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo, para construção de referências de Política Nacional de Educação do Campo, apoiado pelo Ministério da Educação (MEC). Tal programa oferece apoio técnico e suporte financeiro para estados e municípios implementarem suas respectivas políticas de Educação do Campo, através de um conjunto de ações articuladas, que atendem às escolas do campo e quilombolas, com habilitações multidisciplinares em uma das áreas de conhecimento (Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, e Ciências Agrárias).

Tais cursos, tem como prioridade a garantia da formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior, e como formação continuada, o programa Saberes da Terra.

Diante a enorme demanda existente, o Pronacampo estabelece como meta ambiciosa formar 45 mil educadores do campo no período de três anos. Esse quantitativo deveria ser distribuído simultaneamente para os próprios cursos do Procampo; da Plataforma Freire via Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, e através da Educação a Distância, via Universidade Aberta do Brasil UAB, essa última opção é considerada por alguns pesquisadores como a mais problemática no momento, devido à falta de estrutura para a materialização de suas atividades, fato que tem sido alvo de profundas críticas pelos Movimentos Sociais por não trazer incorporadas em seu currículo as especificidades da formação dos educadores que trabalharão com os camponeses



O Edital do Pronacampo 2012, transforma o curso em política de Estado com código de vagas docentes e de técnicos-administrativo específicos para atuar no referido curso, além de recurso financeiro na matriz das universidades.

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO

Ao lutar pela implantação/implementação do curso de licenciatura em Educação do Campo, sabe-se que muitos foram os desafios a serem enfrentados, mas que existem também as possibilidades desse curso se constituir em um curso que busque transformar a realidade dos sujeitos campo a partir de suas metodologias diferenciadas, bem como de suas contribuições para a expansão da educação superior para o campo.

Desta maneira, Caldart (2010), aponta como desafios para que o curso de Licenciatura em Educação do Campo se materialize de forma que venha a atender os princípios propostos pelo projeto de educação almejado pelo Movimento Por Uma Educação do Campo é o de fazer do campo um objeto central de estudo sistemático e rigoroso. Porém, com foco na profissionalização do curso, buscando fazer com que os educadores do campo dominem as questões e contradições fundamentais do campo.

Outro desafio apontado por esta autora, é o de orientar o curso com uma visão alargada de educação, orientando o educador na compreensão de que existem outros espaços formativos além da escola. Desse foram, Caldart (2010, p. 135) ressalta que a “educação não é igual a escola e escola não é igual a ensino ou instrução cognitiva. Mas há uma especificidade do processo educativo escolar (à docência) e preparar-se para atuação (alargada) nele é um dos principais objetivos dessa Licenciatura” (CALDART, 2010, p. 135).

Outro ponto apontado é que o projeto da LEC, precisa construir estratégias para a realização da práxis, “ou seja, que permita ao educador aprender a juntar teoria e prática em um mesmo movimento que é o da transformação da realidade (do mundo) e de sua autotransformação ” (CALDART, 2010, p. 136).

Corroborando com Caldart (2010), Molina (2015), aponta também como desafios para consolidação desta licenciatura: primeiramente, as estratégias de ingresso dos sujeitos camponeses nas Licenciaturas, que segundo esta autora “dada a histórica desigualdade na garantia do direito à educação aos povos do campo, que se traduz na extrema fragilidade das escolas no meio rural, é imprescindível que se garanta a realização de um vestibular



específico, mantendo, necessariamente, o caráter de política afirmativa do Procampo”. (MOLINA, 2015, p. 155).

O segundo desafio apontado é em relação ao protagonismo dos movimentos sociais, que para essa autora é, parte fundamental deste processo, “é não só o acesso ao conhecimento científico, mas, principalmente, a participação nos próprios processos da luta de classes no campo, que vem se acirrando cada vez mais, em função da intensificação da lógica de acumulação do capital no meio rural, com a intensa ampliação do agronegócio” (MOLINA, 2015, p. 156).

O terceiro desafios está atrelado à vinculação com as Escolas do Campo, uma vez que espera-se que a escola seja capaz de “promover a socialização das novas gerações e transmitir os conhecimentos historicamente acumulados, espera-se também, no Movimento da Educação do Campo, que ela seja capaz de tornar-se uma aliada dos camponeses em luta para permanecer no seu território, existindo como tais, enquanto camponeses” (MOLINA, 2015, p. 157).

Como potencialidades deste curso a autora aponta:

[...] a ampliação de formação de educadores; a conquista dos fundos públicos do Estado para manutenção dessas graduações e institucionalização da Educação Superior em Alternância como forma permanente de garantir a oferta deste nível de ensino para os camponeses, com vestibulares anuais (MOLINA, 2015, p. 160)

Além das potencialidades já citadas pode-se acrescentar também: 1) a consolidação da Educação do Campo como área de produção de conhecimento que se configurou na conquista de 600 vagas de concurso para docentes no nível superior, para atuarem nas Licenciaturas em Educação do Campo; 2) o espaço de acúmulo de forças para conquista de novas políticas públicas que se materializou na ampliação permanente de 42 novos cursos de Licenciatura em Educação do Campo; 3) a ampliação do acesso e uso das Novas Tecnologias nas Escolas do Campo, observa-se que a presença dos educadores das escolas do campo nas universidades oportuniza também o acesso a outras linguagens, que têm sido incorporadas nos trabalhos nas Escolas do Campo (MOLINA, 2015).

É nesse contexto da realidade vivenciada pelos estudantes em suas localidades que se deve possuir uma relação com as atividades pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar, ou seja, devem estar interligadas, caso contrário, não haverá êxito na relação ensino aprendizagem. Assim, a adoção de novas práticas pedagógicas se relaciona intrinsecamente com as mudanças vivenciadas pelos estudantes de forma dinâmica



atual e propositiva. O campo não pode ser pensado como lugar de atraso e que os estudantes não necessitem de novos instrumentos ou técnicas de se construir o conhecimento. Mas, novas práticas pedagógicas no campo devem ser vividas e percebidas de forma crítica por aqueles que delas fazem uso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o estudo foi possível evidenciar que o Procampo, embora se caracterize como uma política pontual, contribui para o fortalecimento da formação do docente do campo, além de dar visibilidade a formação deste profissional, visto que coloca-se como desafio ao desenvolver a formação por área de conhecimento, em regime de alternância pedagógica, nas escolas do campo.

Em relação ao Pronacampo constatou-se que foi através deste programa que o curso de licenciatura em Educação do Campo foi institucionalizado tornando-os permanentes, visto que esses cursos até o ano de 2012 funcionavam através de editais específicos nas instituições ofertantes, fato que não assegurava a continuidade dos cursos os quais muitas vezes se resumia apenas na materialização de uma turma única.

É importante ressaltar a importância desses programas ao trazerem a Licenciatura em Educação do Campo com uma nova ideia de escola através do modelo de alternância. Esse modelo de educação visa valorizar a cultura do campo, o cultivo da terra, a qualidade de vida e o equilíbrio harmônico do ambiente com a vida do povo que vive no/do campo, ao oportunizar aos estudantes a materialização de projetos que tratem de questões específicas das suas comunidades, seja no contexto das escolas, seja no campo.

No tocante ao curso de licenciatura em Educação do Campo, se constitui em um marco importante que contribui para repensar as escolas do campo, visto que as especificidades que orientam a formação do educador por área do conhecimento auxiliam no processo de reflexão e análise da organização do trabalho pedagógico e da gestão nas escolas do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. **EDITAL Nº 2, DE 23 DE ABRIL DE 2008**. Chamada Pública para seleção de projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior para o Procampo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 15 de outubro de 2015.



BRASIL. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília/DF: MEC, Março de 2012. Disponível em <http://www.consed.org.br/images/phocadownload/pronacampo.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

CALDART, R. S. (Org). **Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR, 2007.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Educação do campo nos governos FHC e Lula da Silva: potencialidades e limites de acesso à educação no contexto do projeto neoliberal**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 167-186, jan./mar. 2015. Editora UFPR. pp-176-186.

MOLINA, Mônica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00145.pdf>>. Acesso em 23 de março, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa**. In: SILVA, M^a. Ozanira da Silva e et al. Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, 2008.